



Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista Previdenciário
Financeira e Contábil**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '109', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

O equilíbrio entre desafio e frustração é crucial no ensino. O problema é que estudantes têm talentos variados e diferentes. A mesma aula pode ser fácil demais e entediar certos alunos e, ao mesmo tempo, parecer intransponível a outros.

É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos admitir isso. Uma consequência da ideia de que somos todos iguais é que a diferença entre os alunos que terão sucesso na escola e os que não terão não pode ser questão de mais ou menos inteligência, predisposição ou preguiça.

A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração.

Ou seja, os que conseguem são os que não desistem, e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração. Os que não conseguem têm as mesmas habilidades, mas perdem coragem quando frustrados. Consequência: o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem.

Não deixa de ser paradoxal: nossa cultura pensa que a chave do sucesso está na capacidade de se frustrar. Sempre tem alguém para se indignar porque seríamos hedonistas e imediatistas. Na verdade, somos uma das culturas menos hedonistas da história do Ocidente: somos apologistas da frustração, que, aliás, tornou-se mérito.

É raro encontrar pais que não estejam convencidos de que não é bom dar a uma criança o que ela quer. É claro que, se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento familiar, é preciso dizer não. E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.

Mas nossa pedagogia frustradora não depende do orçamento: uma criança de classe média, nem obesa nem pré-diabética, pede um sorvete (valor insignificante). Em regra, a resposta será negativa: agora é tarde ou cedo demais, é muito doce, e por aí vai... Produzir uma frustração é considerado um ato pedagógico, que ajudará a criança a crescer.

Amadurecer, na nossa cultura, significa aprender a renunciar. Por isso, presume-se que o idoso seja mais sábio que o jovem, porque saberia "naturalmente" que a vida é renúncia.

Mas e se o essencial da vida forem os sorvetes que não tomamos, todos os pequenos (grandes) prazeres aos quais renunciamos em nome de uma propedêutica à suposta grande frustração da vida? Pior: e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida?

Obviamente, não é preciso dar à criança tudo o que pede. Mas também não é preciso lhe negar o que ela pede sob pretexto de que estaríamos treinando-a para alguma preciosa sabedoria.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Disponível em: folha.uol.com.br, 21/12/2017)

1. Depreende-se do texto que o autor
 - (A) questiona a ideia de que a capacidade de resistir à frustração seja fundamental para a vida, quando talvez os prazeres a que renunciamos tenham um papel mais importante.
 - (B) apoia a noção de que o êxito de determinado aluno advém de sua capacidade de resistir aos reveses trazidos pelo amadurecimento, capacidade esta que deve ser valorizada pelos pais.
 - (C) aponta para o fato de estarmos inseridos em uma cultura cujo principal objetivo é a busca incessante do prazer, o que torna difícil aprender a lidar com a frustração, especialmente na juventude.
 - (D) critica os pais que, desconsiderando o orçamento familiar, atendem a todos os desejos das crianças, impedindo-as de confrontar desejo e realidade e, assim, tornarem-se adultos bem-sucedidos.
 - (E) sugere que o ambiente propício ao aprendizado é aquele em que se respeitam as diferenças inerentes aos alunos, independentemente de uns se sentirem mais desafiados que outros.

2. ... o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem. (4º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

 - (A) os estudos e a vida em geral – crianças
 - (B) crianças – os estudos e a vida em geral
 - (C) resistência à frustração – crianças
 - (D) resistência à frustração – os estudos e a vida em geral
 - (E) os estudos e a vida em geral – resistência à frustração

3. ... e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida? (9º parágrafo)

Transformando-se o elemento sublinhado acima em sujeito da frase, a forma verbal resultante será:

 - (A) estivessem educando-se.
 - (B) estejam sendo educadas.
 - (C) educam-se.
 - (D) estar-se-iam educando.
 - (E) estiverem sendo educadas.



4. Expressa ideia de finalidade, no contexto, o que se encontra sublinhado em:
- (A) *E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.*
- (B) *É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos a admitir isso.*
- (C) *... e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração.*
- (D) *... se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento...*
- (E) *A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade...*
-
5. A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração. (3º parágrafo)
- Sem que se faça nenhuma outra alteração na frase acima, mantém-se a correção substituindo-se *frustração* por
- (A) expectativas frustradas.
- (B) falta de êxito.
- (C) um desapontamento.
- (D) fracassos.
- (E) uma desilusão.
-
6. Está correta a **redação** do seguinte comentário:
- (A) Visto que, em uma determinada escola, cada um dos estudantes apresentam diferentes talentos, a mesma aula pode ser percebida como fácil para alguns, enquanto a outros, parece intransponível.
- (B) Os pais de hoje creem que, não ceder aos desejos da criança faz parte de uma educação sólida, mesmo quando lhe pedem coisas insignificantes, que caberia no orçamento.
- (C) Como é difícil admitir que não somos todos iguais, oculta-se atualmente as diferenças entre alunos bem-sucedidos e aqueles que não apresentam a mesma predisposição e inteligência destes.
- (D) Embora a ideia de que seríamos hedonistas e imediatistas esteja disseminada e chegue a despertar a indignação de alguns, o fato é que se valoriza, na nossa cultura, a renúncia ao prazer.
- (E) Acredita-se que hajam aqueles que perdem a coragem diante de uma frustração, ainda que possuam as mesmas habilidades dos que não desistem; estes, assim, não recuam diante dos reveses.
-
7. Está escrita com correção a frase que se encontra em:
- (A) Quando convir, os pais podem satisfazer o desejo da criança, mas apenas quando pedem algo compatível com o orçamento familiar.
- (B) Conquanto possa ser exagerado, é grande o valor no qual se atribui à capacidade de resiliência atualmente.
- (C) A razão porque alguns esmorecem diante de frustrações costumam ser de cunho pessoal e independe do meio social.
- (D) Se saber lidar com a frustração é fundamental, por vezes apelam-se para desafios intransponíveis nas aulas.
- (E) A noção de que aprender a abdicar dos desejos contribui para o amadurecimento está disseminada nas sociedades ocidentais.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

8. Na sala de entrevistas para uma vaga, encontram-se uma administradora, uma psicóloga, uma assistente social e uma contadora. Os nomes das quatro entrevistadas, ainda que não necessariamente na ordem das profissões, são: Alzira, Bianca, Cláudia e Dinorah. A respeito dessas pessoas, sabe-se que:
- Alzira e a contadora já se conheciam antes da entrevista;
 - Cláudia não é psicóloga;
 - Bianca é parente da assistente social e é amiga de Dinorah;
 - a administradora já trabalhou com Dinorah e com a contadora.
- Levando-se em consideração que cada pessoa tem formação em uma única profissão das que foram mencionadas,
- (A) Bianca é assistente social.
- (B) Alzira é assistente social.
- (C) Dinorah é psicóloga.
- (D) Alzira é administradora.
- (E) Cláudia é administradora.
-



9. Os 12 funcionários de uma repartição pública estão distribuídos em três grupos da seguinte forma:

Grupo A – 3 funcionários;

Grupo B – 5 funcionários;

Grupo C – 4 funcionários.

O setor de atendimento ao público dessa repartição funciona de 2^a a 6^a feira, havendo ao menos um funcionário de plantão em cada dia. Cada um dos 12 funcionários faz plantão de atendimento ao público em apenas um dia da semana. As regras de distribuição dos funcionários nos plantões estão indicadas na tabela abaixo.

2 ^a feira	Ao menos 1 funcionário do grupo A e 3 funcionários do grupo C.
3 ^a feira	No máximo 2 funcionários do grupo B e 1 funcionário do grupo A.
4 ^a feira	De 3 a 4 funcionários do grupo B e não mais do que 2 funcionários do grupo C.
5 ^a feira	Ao menos 1 funcionário de cada um dos três grupos.
6 ^a feira	Apenas funcionário(s) dos grupos B ou C.

O número de funcionários de plantão no atendimento ao público dessa repartição de 2^a a 6^a feira será, respectivamente, igual a

- (A) 5, 1, 2, 2, 2.
- (B) 4, 2, 3, 2, 1.
- (C) 3, 2, 3, 3, 1.
- (D) 4, 1, 3, 3, 1.
- (E) 4, 1, 4, 2, 1.

10. Um posto de saúde dispõe de um lote de 1 980 doses de uma vacina da gripe. Esse posto vacina exatamente 60 pessoas por dia com uma dose dessa vacina, sendo que pelo menos 40 delas são do grupo de risco, constituído por crianças e idosos. Ao término desse lote, o posto registrou a vacinação de 60 pessoas que não eram do grupo de risco. Em tais condições, necessariamente, em algum dia de uso do lote, foram vacinadas, do grupo de risco,

- (A) exatamente 48 pessoas.
- (B) pelo menos 59 pessoas.
- (C) exatamente 60 pessoas.
- (D) mais do que 60 pessoas.
- (E) menos do que 58 pessoas.

Noções de Informática

11. O usuário de um computador com sistema operacional Windows 10, em português, criou, em adição ao original, mais um Ambiente de Trabalho (*Desktop*) virtual para organizar as janelas de aplicativos em uso. Estando no ambiente original (primeiro), uma forma de alternar (chavear) para o segundo ambiente é pressionar as teclas: Windows + Tab, simultaneamente, e escolher o segundo ambiente utilizando o *mouse*. Outra forma de realizar a mesma ação é pressionar simultaneamente as teclas:

- (A) Windows + Tab + Alt.
- (B) Windows + Ctrl + Seta direita.
- (C) Windows + Alt + Seta abaixo.
- (D) Windows + Alt + Espaço.
- (E) Windows + Ctrl + Tab.

12. Ao utilizar um navegador *web* típico para visitar os *sites* na internet, o usuário notou a existência do ícone com um cadeado fechado na barra de endereços do navegador. A presença desse ícone indica que

- (A) a comunicação entre o navegador e o *site* é criptografada.
- (B) a página visitada é autêntica, ou seja, não é falsificada.
- (C) é requerida uma senha para acessar os serviços do *site*.
- (D) não há código malicioso inserido na página visitada.
- (E) o *site* visitado está livre de vírus.

**Noções de Direito Constitucional**

13. Certo Estado da Federação pretende fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência social, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social. Ao mesmo tempo, intenciona instituir regime de previdência complementar aos seus servidores públicos titulares de cargos efetivos, mediante contribuição facultativa. Para que essa pretensão seja exercida regularmente,
- (A) deverá ser editada lei federal disciplinando a matéria, uma vez que a previdência social se insere no âmbito das competências legislativas privativas da União.
 - (B) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a instituição de mais de um regime de previdência social em benefício dos servidores públicos.
 - (C) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
 - (D) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a fixação do limite pretendido para os benefícios pagos pelo regime próprio de previdência social.
 - (E) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, desde que a contribuição ao regime complementar substitua a contribuição ao regime próprio de previdência social.
-
14. Ao apreciar as contas anuais do Governador, o Tribunal de Contas de certo Estado constatou:
- I. a contratação de médicos para prestar atendimento à população por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estabelecida em lei.
 - II. o preenchimento de cargos públicos em comissão, de livre provimento e exoneração, para execução de tarefas burocráticas e rotineiras que não caracterizam atribuições de chefia, direção ou assessoramento.
 - III. a cumulação remunerada de cargo público de engenheiro estadual com cargo público de engenheiro municipal.
- Todavia, considerando as normas da Constituição Federal, mostra-se compatível com a Constituição Federal o ato referido em
- (A) I, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.

Noções de Direito Administrativo

15. Em uma escola pública municipal de ensino fundamental, uma professora e três alunos se feriram em razão de uma descarga elétrica ocorrida em um aparelho, decorrente de um curto-circuito. O acidente
- (A) enseja a responsabilidade do ente público municipal sob a modalidade subjetiva exclusivamente em relação aos alunos, não se estendendo à professora em razão do vínculo funcional.
 - (B) demanda a responsabilização do Município sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente ou atenuante de responsabilidade, salvo na hipótese de culpa da vítima.
 - (C) demandará apuração de responsabilidade para verificar se houve conduta reprovável por parte do agente público no local, qual seja, a professora, somente após o quê será analisada a responsabilidade do município.
 - (D) diante da responsabilidade objetiva do Estado e dos agentes públicos, deverá ser previamente apurada a conduta da professora e de outros agentes, para que possam responder sob a modalidade subjetiva em caráter primário.
 - (E) enseja responsabilidade objetiva do Município, em razão de se tratar de danos causados nas dependências de seu estabelecimento, não havendo que se demonstrar culpa dos agentes públicos.
-
16. Foi instaurado processo administrativo para apuração de ato de improbidade cometido no curso de um procedimento de licitação. Durante a tramitação do processo, foi identificado que a planilha de custos que ensejou a fixação do preço mínimo era inverídica, ou seja, suas informações não eram corretas e não guardavam pertinência com o mercado. Noticiado esse fato nos autos do processo administrativo onde foi aberta a licitação, a autoridade responsável
- (A) pode revogar a licitação, tomando prejudicado o processo de improbidade.
 - (B) deve revogar a licitação, por se tratar de vício insanável, restando arquivado o processo de improbidade, pois a caracterização de improbidade demanda prova do prejuízo.
 - (C) pode anular a licitação, desde que o certame ainda esteja em curso, findo o qual a contratação constitui direito subjetivo do vencedor, restando a possibilidade de indenização por ato de improbidade.
 - (D) deve anular a licitação, ensejando também a anulação do contrato dela decorrente, se já assinado, sem prejuízo do trâmite do processo cujo objeto seja a apuração e responsabilização por ato de improbidade.
 - (E) deve anular o processo administrativo de improbidade, a licitação ocorrida, bem como instaurar novas apurações, de acordo com as condutas residuais que não tenham sido exauridas com o fim da licitação.

**Legislação Previdenciária**

17. Considere as seguintes situações hipotéticas, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

I. Florence está grávida de gêmeos e é servidora pública do Estado do Maranhão.

II. Heitor também é servidor público deste Estado, convivendo em união estável com Sabrina, que dará à luz uma menina em junho do corrente ano.

O direito ao auxílio-natalidade é possuído

(A) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá dois auxílios-natalidade.

(B) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá um único auxílio-natalidade, tendo em vista um único parto.

(C) tanto por Florence quanto por Heitor, não havendo necessidade, no caso, de implementar o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais.

(D) por Florence, em sua integralidade; já Heitor receberá somente 50%.

(E) somente por Florence, uma vez que a lei não autoriza o servidor a receber tal benefício em razão da gravidez de companheira.

18. Julio é servidor público civil do Estado do Maranhão e sua remuneração é composta, além de seus vencimentos, de uma gratificação pelo exercício de cargo em comissão, adicional de insalubridade e adicional noturno. Assim, constituem salário-contribuição, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

(A) apenas os vencimentos e os adicionais de insalubridade e noturno.

(B) todas as verbas que compõem a remuneração.

(C) apenas os vencimentos e a gratificação pelo exercício de cargo em comissão.

(D) apenas os vencimentos e o adicional de insalubridade.

(E) apenas os vencimentos recebidos.

19. Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.

II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.

III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

Está correto o que consta em

(A) II e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I e II, apenas.

(D) I, apenas.

(E) III, apenas.

20. Mateus é brasileiro e trabalha no exterior em empresa regida por leis brasileiras; Tatiana é associada de cooperativa que explora a atividade de oficina de costura; já Silvério presta serviços como amarrador de embarcação no porto. São considerados segurados obrigatórios da Previdência Social:

(A) todos, Mateus e Tatiana na condição de contribuintes individuais e Silvério como trabalhador avulso.

(B) todos, na condição de empregado, contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.

(C) apenas Mateus e Silvério, como empregado e trabalhador eventual, respectivamente.

(D) apenas Tatiana e Silvério, como contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.

(E) apenas Silvério, como autônomo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. As metas de resultado primário estabelecidas por um ente estadual para os exercícios financeiros de 2018, 2019 e 2020 foram, em valores correntes e constantes, respectivamente, R\$ 50.000.000,00, R\$ 80.000.000,00 e R\$ 100.000.000,00. Assim, de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, essas metas devem ser apresentadas no Projeto de Lei
- (A) do Plano Plurianual referente a 2018 e, de maneira específica, no Anexo de Metas Fiscais.
 (B) de Diretrizes Orçamentárias referente a 2018 e, de maneira específica, no Anexo de Riscos Fiscais.
 (C) de Diretrizes Orçamentárias referente a 2018 e, de maneira específica, no Anexo de Metas Fiscais.
 (D) Orçamentária Anual referente a 2018 e, de maneira específica, no Anexo de Riscos Fiscais.
 (E) Orçamentária Anual referente a 2018 e, de maneira específica, no Anexo de Metas Fiscais.
-
22. Em janeiro de 2018, a unidade gestora Fundação Bela Música realizou a cessão de créditos orçamentários para a unidade gestora Fundação Colmeia Imagens, ambas pertencentes ao órgão orçamentário Secretaria da Cultura. Assim, a cessão realizada em janeiro de 2018 corresponde a
- (A) uma cota.
 (B) uma provisão.
 (C) um repasse.
 (D) um destaque.
 (E) um sub-repasse.
-
23. Uma entidade pública arrecadou, em março de 2018, R\$ 1.890.000,00 referente a receitas com exploração do patrimônio imobiliário e R\$ 8.000.000,00 referente à exploração do patrimônio intangível. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tais receitas classificam-se quanto à origem, respectivamente, como
- (A) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
 (B) Receita Patrimonial e Receita Patrimonial.
 (C) Receita Patrimonial e Outras Receitas Correntes.
 (D) Outras Receitas Correntes e Outras Receitas Correntes.
 (E) Outras Receitas Correntes e Outras Receitas de Capital.

Atenção: Para responder às questões de números 24 e 25, considere as informações abaixo.

As seguintes informações sobre as receitas orçamentárias de um determinado estado referentes ao exercício financeiro de 2017 foram extraídas do seu sistema de contabilidade:

(Valores em reais)

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas
Alienação de Bens Móveis	900.000,00	890.000,00	800.000,00
Amortização de Empréstimos	2.000.000,00	1.760.000,00	1.700.000,00
Contribuições de Melhoria	650.000,00	600.000,00	600.000,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	840.000,00	840.000,00	800.000,00
Contribuições Sociais	600.000,00	600.000,00	600.000,00
Impostos	25.500.000,00	24.500.000,00	20.000.000,00
Operações de Crédito – Mercado Externo	1.000.000,00	990.000,00	900.000,00
Transferências de Convênios – Receitas Correntes	8.500.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00
Transferências de Convênios – Receitas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Informações adicionais referentes ao exercício financeiro de 2017:

- Parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional: R\$ 6.500.000,00.
- Contribuição dos servidores estaduais para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social: R\$ 400.000,00.
- Não houve receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988.
- Não houve valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 e do fundo previsto pelo artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

24. Com base nessas informações tomadas em conjunto e de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo Estadual deveria ter sido alertado pelo Tribunal de Contas se a Despesa Total com Pessoal do referido poder, no exercício financeiro de 2017, tivesse ultrapassado o limite, em reais, de
- (A) 30.000.000,00.
 (B) 23.100.000,00.
 (C) 11.319.000,00.
 (D) 10.187.100,00.
 (E) 14.700.000,00.



25. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o valor da receita de capital realizada no exercício financeiro de 2017 foi, em reais,
- (A) 3.900.000,00.
 - (B) 3.640.000,00.
 - (C) 34.400.000,00.
 - (D) 3.400.000,00.
 - (E) 4.400.000,00.

26. Uma empresa obteve um empréstimo no passado à taxa de juros compostos de 3% ao mês e ainda resta uma parcela para sua liquidação. O valor da parcela é R\$ 40.000,00 e vencerá em 90 dias. A empresa pretende alterar a forma de pagamento, mantendo a mesma taxa de juros, e propõe à instituição financeira a liquidação da seguinte forma:
- Uma parcela de R\$ 15.000,00 na data de hoje.
 - Uma parcela complementar daqui a 60 dias.

O valor da parcela complementar deve ser, em reais,

- (A) 21.605,67.
 - (B) 25.000,00.
 - (C) 26.522,50.
 - (D) 22.921,45.
 - (E) 22.348,17.
27. Uma empresa necessita melhorar seu processo de produção para os próximos 3 anos e está avaliando duas alternativas: reformar o equipamento atualmente em uso ou comprar um novo equipamento com tecnologia mais atual. Os fluxos de caixa correspondentes às duas alternativas durante o prazo de utilização são apresentados, em reais, na tabela abaixo:

Ano	Descrição	Reforma do equipamento atual	Compra de um novo equipamento
0	Desembolso líquido	-100.000,00	-500.000,00
1	Fluxo líquido de caixa	50.000,00	180.000,00
2	Fluxo líquido de caixa	50.000,00	180.000,00
3	Fluxo líquido de caixa	50.000,00	180.000,00

O equipamento que será reformado não terá valor de mercado no final do 3º ano porque estará totalmente obsoleto. O equipamento novo, se comprado, poderá ser vendido no final do 3º ano pelo valor residual de R\$ 50.000,00.

Considerando que a empresa não tem restrição orçamentária, que os fluxos líquidos de caixa e o valor residual ocorrem no final de cada ano e que a taxa de oportunidade da empresa é 10% ao ano, a empresa deve

- (A) escolher a alternativa de reformar o equipamento usado porque maximizará seu lucro em R\$ 24.342,60.
 - (B) escolher a alternativa de comprar o equipamento novo porque maximizará seu lucro em R\$ 14.800,90.
 - (C) escolher qualquer das duas alternativas porque ambas maximizarão seu lucro.
 - (D) desprezar as duas alternativas porque ambas são inviáveis.
 - (E) obter mais dados para a decisão, pois os dados apresentados são insuficientes.
28. Uma empresa está analisando dois projetos mutuamente excludentes para definir qual deles deve ser implementado. O investimento inicial necessário para projeto A é R\$ 700.000,00 e para o projeto B é R\$ 1.200.000,00. Ao analisar os fluxos de caixa das duas opções, a empresa identificou que o Valor Presente Líquido do projeto A é R\$ 193.540,93 e o do projeto B é R\$ 211.201,59. A taxa interna de retorno do projeto A é 15,67% ao ano e a do projeto B é 14,41% ao ano.
- Se a taxa de oportunidade da empresa é 10% ao ano e a empresa pretende maximizar seu lucro a longo prazo,
- (A) a empresa deve escolher o projeto A porque apresenta maior taxa interna de retorno que o projeto B.
 - (B) a empresa pode escolher qualquer um dos dois projetos porque ambos apresentam taxa interna de retorno superior à taxa de oportunidade da empresa e, portanto, qualquer um vai maximizar seu lucro a longo prazo.
 - (C) a empresa pode escolher qualquer um dos dois projetos porque ambos apresentam Valor Presente Líquido positivo.
 - (D) o problema não tem solução porque as conclusões obtidas pelo método do Valor Presente Líquido são contrárias às conclusões do Método da Taxa Interna de Retorno.
 - (E) independente de quais sejam os valores das taxas internas de retorno, a empresa deve escolher o projeto B.



29. Uma empresa obteve um empréstimo do exterior para ser integralmente liquidado em uma única parcela, no final do prazo de 12 meses. A operação foi contratada com taxa de juros simples de 0,5% ao mês, acrescida da variação cambial. Se a variação cambial no período do empréstimo foi 8% e a inflação medida no mesmo prazo foi 10%, a taxa real de juros paga pela empresa no período, em % ao ano, foi
- (A) 14,00.
(B) 4,07.
(C) 4,00.
(D) 24,00.
(E) 3,64.
-
30. De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, a dívida consolidada de uma entidade pública, em 2018, é composta por
- (A) obrigações com fornecedores de material permanente reconhecidas em 2017.
(B) despesas empenhadas e liquidadas em 2017 referentes a juros e encargos.
(C) obrigações decorrentes do valor do principal de uma operação de crédito por antecipação da receita orçamentária.
(D) obrigações decorrentes de consignações em folha de pagamento do pessoal civil e militar.
(E) obrigações decorrentes do valor do principal de uma operação de crédito obtida em 2017, cujo vencimento é em 2020.
-
31. Em uma autarquia, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as contribuições dos servidores ativos para o RPPS são classificadas quanto à origem e à espécie de receita orçamentária em conformidade com o Ementário da Natureza de Receita, respectivamente, como
- (A) Receita Corrente e Contribuições.
(B) Contribuições e Contribuições Sociais.
(C) Receita Corrente e Contribuições Sociais.
(D) Receita Tributária e Contribuições Sociais.
(E) Contribuições e Contribuições Econômicas.
-
32. Os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) de um determinado ente público apresentaram uma reclamação para a autoridade competente quanto ao fato de a informação contábil contida em tais relatórios ter sido disponibilizada para tais usuários após ela ter perdido a sua capacidade de ser útil para fins de tomada de decisão. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa objeto da reclamação dos usuários foi a
- (A) relevância.
(B) compreensibilidade.
(C) tempestividade.
(D) materialidade.
(E) comparabilidade.

Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34, considere as transações abaixo ocorridas em fevereiro de 2018 em uma autarquia estadual.

- Lançamento e arrecadação de receita de contribuição no valor de R\$ 14.000.000,00.
 - Arrecadação de receita de aluguel de imóvel, referente a janeiro de 2018, no valor de R\$ 150.000,00.
 - Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a fevereiro de 2018, no valor de R\$ 2.400.000,00. A despesa foi paga, pelo valor total do empenho, em março de 2018.
 - Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 800.000,00. A despesa foi paga ao fornecedor, pelo valor total do empenho, em março de 2018.
 - Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 100.000,00.
 - Utilização de material de consumo no valor de R\$ 520.000,00 na prestação de serviços para a população.
 - Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 330.000,00.
 - Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 referentes a despesas correntes com serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 400.000,00.
 - Recebimento de depósito caução no valor de R\$ 210.000,00.
33. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em fevereiro de 2018, o ativo da autarquia estadual teve um aumento, em reais, de
- (A) 13.660.000,00.
(B) 13.810.000,00.
(C) 11.590.000,00.
(D) 13.760.000,00.
(E) 12.860.000,00.



34. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em fevereiro de 2018, o resultado patrimonial da autarquia estadual referente ao exercício financeiro de 2018 teve um aumento, em reais, de
- (A) 10.800.000,00.
 - (B) 11.080.000,00.
 - (C) 10.370.000,00.
 - (D) 10.650.000,00.
 - (E) 10.860.000,00.

35. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas “Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços” e “Crédito Empenhado em Liquidação” pertencem, respectivamente, às classes
- (A) 4 e 6.
 - (B) 4 e 7.
 - (C) 3 e 7.
 - (D) 5 e 6.
 - (E) 3 e 6.

36. Considere os dados abaixo extraídos das demonstrações contábeis consolidadas de uma entidade pública referentes ao exercício financeiro de 2017:

Previsão Atualizada da Receita:.....	R\$ 102.000.000,00.
Receita Lançada:.....	R\$ 98.000.000,00.
Receita Arrecadada:.....	R\$ 95.400.000,00.
Dotação Atualizada:.....	R\$ 105.000.000,00.
Despesa Paga:.....	R\$ 71.000.000,00.
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2017:.....	R\$ 26.000.000,00.
Recebimento de Depósito Caução:.....	R\$ 2.150.000,00.
Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 31/12/2016:.....	R\$ 16.350.000,00.

Com base nessas informações, o resultado de execução orçamentária da entidade pública, referente ao exercício financeiro de 2017, conforme Lei nº 4.320/1964, foi

- (A) superavitário em R\$ 24.400.000,00.
 - (B) superavitário em R\$ 1.000.000,00.
 - (C) deficitário em R\$ 3.000.000,00.
 - (D) deficitário em R\$ 1.600.000,00.
 - (E) superavitário em R\$ 5.900.000,00.
37. O Patrimônio Líquido da Cia. Pagadora, em 31/12/2016, era R\$ 1.000.000,00. Durante o ano de 2017, a empresa apurou o Lucro líquido no valor de R\$ 300.000,00 e a proposta de distribuição deste Lucro Líquido é:
- Reserva Legal: constituída nos termos da Lei nº 6.404/76.
 - Reserva Estatutária no valor de R\$ 10.000,00.
 - Reserva para Expansão: saldo remanescente disponível.
- Sabe-se que na apuração do Lucro Líquido foram incluídos R\$ 50.000,00 decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela empresa e esta, para não tributar este ganho, fará a retenção na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei. O Estatuto Social da empresa prevê um Dividendo Mínimo Obrigatório no valor de 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei. Com base nestas informações, o valor distribuído como Dividendos e o valor retido como Reserva para Expansão foram, respectivamente, em reais,
- (A) 75.000,00 e 150.000,00.
 - (B) 85.500,00 e 189.500,00.
 - (C) 70.500,00 e 154.500,00.
 - (D) 85.500,00 e 139.500,00.
 - (E) 70.500,00 e 204.500,00.



38. A Cia. Perdas & Ganhos apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 5.000.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 7.000.000,00.
- Perda por desvalorização (*impairment*): R\$ 2.000.000,00.

Em 31/12/2017, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 8.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 4.500.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017 a Cia. Perdas & Ganhos

- (A) não fez nenhum ajuste e manteve o valor contábil de R\$ 5.000.000,00.
- (B) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 3.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- (C) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.
- (D) reconheceu, no resultado, um ganho no valor de R\$ 2.000.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 8.000.000,00.
- (E) reconheceu, no resultado, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.500.000,00, uma vez que o valor recuperável é R\$ 4.500.000,00.

39. Em 31/12/2016, a Cia. Ano Novo adquiriu, à vista, 70% das ações da Cia. Carros Velhos pelo valor de R\$ 10.000.000,00, passando a deter o seu controle. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contabilizado da Cia. Carros Velhos era R\$ 8.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 12.000.000,00, sendo que a diferença se refere à avaliação de um ativo intangível com vida útil indefinida adquirido em 2014.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, a Cia. Carros Velhos reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido: R\$ 500.000,00.
- Pagamento de dividendos: R\$ 200.000,00.

Com base nestas informações, o valor que a Cia. Ano Novo apresentou no Balanço Patrimonial individual na conta Investimentos em Controladas, em 31/12/2017, foi, em reais,

- (A) 10.210.000,00.
- (B) 8.610.000,00.
- (C) 5.810.000,00.
- (D) 10.350.000,00.
- (E) 5.950.000,00.

40. A Cia. Energia adquiriu uma máquina, em 01/01/2017, por R\$ 4.000.000,00 à vista. Esta máquina foi instalada em um galpão alugado e estima-se que será utilizada por 5 anos. No final deste prazo de utilização, a máquina poderá ser vendida por R\$ 800.000,00.

No final do 5º ano, a máquina deverá ser retirada do local e, conforme consta no contrato de aluguel, a Cia. Energia deverá devolver a localidade nas mesmas condições em que a recebeu no início do contrato de aluguel. Para fazer a desmontagem, remover a máquina e reestruturar o galpão, a Cia. estima que incorrerá em gastos no valor de R\$ 500.000,00. A utilização da máquina ocorre de forma contínua, a Cia. utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da depreciação e a taxa de juros acumulada projetada para os próximos 5 anos é 25%.

O valor contábil da máquina, apresentado pela Cia. Energia no Balanço Patrimonial de 31/12/2017, foi, em reais,

- (A) 3.360.000,00.
- (B) 3.760.000,00.
- (C) 3.680.000,00.
- (D) 2.960.000,00.
- (E) 2.880.000,00.



41. A tabela abaixo apresenta algumas informações que foram obtidas das demonstrações contábeis da Cia. Renovada e da Cia. Atrasada publicadas em 31/12/2016.

Variável	Cia. Renovada	Cia. Atrasada
Índice de Liquidez Corrente	2,0	1,5
Ativo Não Circulante	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00
Passivo Não Circulante	R\$ 900.000,00	R\$ 300.000,00
Total do Balanço	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	20%	15%

Com base nessas informações, a Cia.

- (A) Renovada apresentou menor lucro líquido no período.
 (B) Atrasada apresenta menor passivo circulante.
 (C) Renovada apresenta maior ativo circulante.
 (D) Atrasada apresenta menor patrimônio líquido.
 (E) Renovada possui um montante menor de recursos de terceiros.

42. A Cia. Sem Fundos apresentou as demonstrações contábeis, em 31/12/2016 e 31/12/2017, conforme abaixo.

Balanço Patrimonial

(em reais)

Ativo Circulante	31/12/2016	31/12/2017	Passivo Circulante	31/12/2016	31/12/2017
Disponível	150.000	230.000	Fornecedores	50.000	60.000
Duplicatas a Receber	40.000	25.000	Salários a Pagar	15.000	10.000
Estoques	50.000	30.000	Adiantamento de Clientes	20.000	10.000
Seguros antecipados	-	10.000	Dividendos a Pagar	-	20.000
			Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante			Empréstimos	75.000	85.000
Imobilizado					
Terreno	120.000	-	Patrimônio Líquido		
Equipamento	-	150.000	Capital Social	200.000	200.000
Depreciação Acumulada		(20.000)	Reservas de Lucro	-	40.000
Total do Ativo	360.000	425.000	Total do Passivo + PL	360.000	425.000

Demonstração do Resultado

01/01/2017 a 31/12/2017

(em reais)

Receita de vendas	600.000
Custo dos Produtos Vendidos	(430.000)
Lucro Bruto	170.000
Despesas Operacionais	
Despesas de salários	(50.000)
Despesa de Seguros	(5.000)
Despesa de depreciação	(20.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do terreno	15.000
Lucro antes do resultado financeiro	110.000
Despesa financeira (juros)	(10.000)
Lucro antes do IR e CSLL	100.000
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(40.000)
Lucro Líquido	60.000

Utilizando as informações constantes das demonstrações contábeis apresentadas e sabendo-se que a despesa financeira (juros) não foi paga, que o valor da venda do terreno foi recebido à vista e que os equipamentos foram adquiridos à vista, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais, no ano de 2017, foi, em reais,

- (A) 75.000,00.
 (B) 90.000,00.
 (C) 115.000,00.
 (D) 110.000,00.
 (E) 95.000,00.



43. A Cia. Fio & Fio adquiriu um lote de mercadorias para comercialização por R\$ 1.200.000,00, para pagamento integral após 14 meses. Se a compra tivesse sido realizada à vista, o preço de aquisição teria sido R\$ 1.000.000,00. No mês seguinte ao da aquisição, a Cia. Fio & Fio vendeu 80% dessas mercadorias pelo valor de R\$ 1.800.000,00, para ser recebido integralmente após 15 meses, sendo que o preço de venda destas mercadorias, para pagamento à vista, seria R\$ 1.440.000,00. Para a entrega das mercadorias vendidas, a Cia. Fio & Fio pagou frete no valor de R\$ 30.000,00.

Com base nestas informações, o Resultado Bruto com Mercadorias que a Cia. Fio & Fio reconheceu foi, em reais,

- (A) 840.000,00.
- (B) 640.000,00.
- (C) 480.000,00.
- (D) 610.000,00.
- (E) 450.000,00.

44. No tocante às decisões sobre ativos financeiros, a identificação e a avaliação devem contemplar os riscos

- (A) de mercado e de liquidez.
- (B) políticos e de crédito.
- (C) regulatórios e de mercado.
- (D) cambiais e previdenciários.
- (E) de crédito e reputacionais.

45. Os modelos desenvolvidos e adotados para a mensuração de riscos dos ativos que compõem a carteira de entidade de previdência devem ter como base a realização de simulações

- (A) do comportamento dos ativos do instituidor do plano de benefícios.
- (B) da manutenção do seu passivo atuarial.
- (C) das avaliações atuariais ao longo de um período determinado.
- (D) da viabilidade futura do plano em face do número atual de participantes e assistidos.
- (E) dos resultados imediatos da monetização das suas reservas acumuladas.

46. Sobre o regime de previdência privada, considere:

- I. O regime de previdência privada, de caráter complementar, é organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- II. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
- III. As entidades fechadas são aquelas acessíveis exclusivamente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
- IV. As entidades abertas são fiscalizadas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar do Ministério da Previdência.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) III.
- (C) II.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.



47. As entidades fechadas de previdência podem ser qualificadas:

- I. de acordo com os planos que administram, podendo ser de plano comum ou de multiplano.
- II. de singulares, quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor.
- III. como multipatrocinadas, quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor.

Está correto o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

48. O ambiente de controles internos influencia a consciência dos profissionais que atuam na entidade de previdência e reflete o seu comprometimento, devendo ser

- (A) uma situação temporária, até a sua consolidação.
- (B) destinado a possibilitar a ampliação dos riscos.
- (C) presente em níveis hierárquicos selecionados.
- (D) determinante para o aumento da eficácia dos processos.
- (E) independente em cada área de responsabilidade.

49. O estabelecimento de metas e riscos da entidade de previdência é atribuição

- (A) da auditoria interna.
- (B) da administração superior.
- (C) da área responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários.
- (D) dos representantes dos participantes, de acordo com o seu apetite para risco.
- (E) da equipe encarregada da gestão dos investimentos.

50. Um programa de integridade, indispensável para o bom funcionamento do ambiente de controles e da governança de entidade de previdência, abrange políticas, mecanismos e procedimentos para

- (A) alinhamento com a estratégia de alocação de recursos próprios dos seus dirigentes.
- (B) atuação conjunta com o patrocinador para escolha e determinação dos investimentos.
- (C) possibilitar a identificação posterior de conflitos de interesse.
- (D) que seja desnecessária a implantação de código de conduta e ética.
- (E) proteção contra fraudes, práticas ilícitas e irregularidades.